



MUNICIPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

Original

Consulta Previa

**“Processo nº 32/2021-AD- EVF da atual rede de Transportes do Concelho de Bragança e
apoio Jurídico AMT e CCP**

CADERNO DE ENCARGOS

Motivo: Aprovo documento
Localização: Bragança, Portugal
Data da Assinatura: 28/09/2021 12:18:49



MUNICIPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1.^a

Objeto

O objeto do contrato consiste, de acordo com as cláusulas técnicas deste Caderno de Encargos, na aquisição de serviços “Processo nº 32/2021-AD- EVF da atual rede de Transportes do Concelho de Bragança e apoio Jurídico AMT e CCP”.

Cláusula 2.^a

Contrato

- 1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

Cláusula 3.^a

Prazo

O contrato mantém-se em vigor até ao limite do preço contratual definido, podendo ultrapassar um ano económico, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 4.^a

Obrigações principais do prestador de serviços

A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.



MUNICIPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

Cláusula 5.^a

Locais e fases da prestação do serviço

O prestador de serviços obriga-se à execução do serviço de acordo com as Cláusulas Técnicas referidas na parte II do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 6.^a

Preço Base

O preço base, no somatório de todos os lotes, é de € 19.800,00 €, (dezanove mil e oitocentos euros), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 7.^a

Preço Anormalmente Baixo

Não é definido um preço anormalmente baixo..

Cláusula 8.^a

Conformidade e garantia técnica

O prestador de serviços fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues ao Município de Bragança em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de serviços, nos termos do Código do Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Cláusula 9.^a

Objeto do dever de sigilo

- 1 - O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Bragança, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado, direta e exclusivamente, à execução do contrato.
- 3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.



MUNICIPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

Cláusula 10.^a

Preço contratual

Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Bragança deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

Cláusula 11.^a

Condições de pagamento

1 - O pagamento das faturas será efetuado no prazo máximo de 60 dias contados da sua apresentação.

Cláusula 12.^a

Força maior

1 - Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- 4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
- 5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 13.^a

Resolução por parte do contraente público

- 1 - A entidade adjudicante poderá rescindir o contrato sempre que, por razões imputáveis ao adjudicatário, a normal prestação de serviços se encontre gravemente prejudicada.
- 2 - A rescisão do contrato produz efeitos a partir da data fixada na respetiva notificação.
- 3 - A cessação dos efeitos do contrato não prejudica o exercício de responsabilidade civil ou criminal por atos ocorridos durante a execução do contrato.

Cláusula 14.^a

Resolução por parte do prestador de serviços

- 1 - O adjudicatário poderá exercer o direito à rescisão do contrato nos casos previstos na lei ou no contrato.
- 2 - A decisão da rescisão terá de ser fundamentada e não poderá afetar os fornecimentos num prazo de 30 dias a contar da data da notificação à entidade pública contratante.
- 3 - O adjudicatário poderá desistir da rescisão do contrato atendidas as justificações apresentadas pela entidade pública contratante ou cumpridas as respetivas obrigações.
- 4 - Em caso de rescisão por razões imputáveis à entidade pública contratante, o adjudicatário terá direito a ser indemnizado pelos danos emergentes e lucros cessantes.
- 5 - A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato [com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.



MUNICIPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

Cláusula 15.^a

Caução

- 1 - Não é exigível a prestação de caução.
- 2 - Pode, no entanto, a entidade adjudicante, se achar conveniente, proceder à retenção de até 10 % do valor dos pagamentos a efetuar.

Cláusula 16.^a

Seguros

- 1 – É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos inerentes ao serviço prestado, nomeadamente, de responsabilidade civil.
- 2 - O Município de Bragança pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo de cinco dias úteis.

Cláusula 17.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo de círculo de Bragança, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 18.^a

Comunicações e notificações

- 1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 19.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 20.^a

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 1.^a

Pretende-se com este procedimento a aquisição de **“Processo nº 32/2021-AD- EVF da atual rede de Transportes do Concelho de Bragança e apoio Jurídico AMT e CCP”**.

Cláusula 2.^a

Serviços

A presente Prestação de Serviços tem como objetivo:

O Município de Bragança (doravante designada de MB) assumiu as suas competências enquanto Autoridade de Transportes, assegurando o planeamento e a gestão das redes de transportes de âmbito municipal, as quais desempenham um papel de extrema importância na garantia do transporte dos munícipes e dos alunos que residem no concelho. Nesse âmbito, a MB recebeu uma comunicação da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT), na qual é solicitado o envio de um conjunto de elementos em falta, necessários para que o processo relativo à contratualização da rede de transportes públicos rodoviários possa ser concluído sem problemas. Pretendendo o Município dar resposta à comunicação da AMT, com especial necessidade e complexidade aos seguintes pontos:

Referente ao ponto 34 da referida comunicação:

“Apresentar proposta de enquadramento regulamentar e/ou contratual da atividade de prestação de serviços de transporte público de passageiros prosseguida pelo município”; • Apresentar (...) respetiva fundamentação económico-financeira de base;

E ainda o definido no ponto 35 da presente comunicação:

Demonstrar se cumpriram as obrigações de prestação de informação, designadamente as previstas no artigo 22.º do RJSPT; • Demonstrar que cumpre o Decreto-Lei n.º 9/2015, de 15 de janeiro e as obrigações relativas ao livro de reclamações, no formato físico e eletrónico; e • Proceder à elaboração de relatórios públicos sobre o serviço público de transporte de passageiros, previstos no n.º 1 do artigo 7.º do Regulamento, pelo menos desde 2015, bem como as obrigações decorrentes do Regulamento 430/2019, de 16 de maio.”

Por outro lado, é exigível:

- “Envio de relatórios de avaliação do desempenho do “operador” (eventualmente relatórios de gestão) a nível operacional (histórico recente do cumprimento de indicadores de regularidade e pontualidade) e económico financeiro, por ano, desde a emissão da deliberação administrativa inicial ou desde 2015; • Informação sobre procura e oferta, gatos e rendimentos, do “operador”, e compensações atribuídas (pela autarquia ou Estado) por ano, desde a emissão da deliberação



MUNICIPIO DE BRAGANÇA

CÂMARA MUNICIPAL

administrativa inicial, tendo em conta que tais dados se afiguram relevantes para avaliar o valor final de esforço financeiro público, nos termos do Anexo ao Regulamento e artigos 21.º, 23.º e 24.º do RJSPTP; • Informação sobre: • Pressupostos que suportam a evolução da atividade (oferta e procura) e respetivas receitas e custos de exploração do serviço público a prestar; • Evolução da oferta não só em termos de viagens e veículos. quilómetro, mas também do indicador lugares. quilómetro oferecidos, fundamental para avaliar a adequação da oferta à procura, nomeadamente da taxa de ocupação; • Evolução da procura (passageiros e passageiros. quilómetro), nomeadamente tendo em conta também o impacte do PART e melhoria da qualidade da qualidade de serviço a implementar nos próximos anos; • Caracterização do material circulante de uma forma sintetizada, nomeadamente quanto a: número de unidades, idade média, lotação oferecida, taxa de imobilização oficial; • Recursos humanos: pessoal alocado à exploração • A conta da exploração tendo por base os indicadores quanto à oferta, procura, recursos humanos e materiais, plano de investimento, tarifas e custos unitários (custos/VKM) para a avaliar e fundamentar a atribuição da compensação por obrigação de serviço público; • Informação sobre eventuais relatórios públicos ao abrigo do n.º 1 do artigo 7.º do Regulamento; • Informação sobre o cumprimento do reporte constante do artigo 22.º do RJSPTP. • Informação sobre o cumprimento das regras legais relativas a terminais e interfaces (...).

Complementarmente, o MB pretende expandir a rede de transportes públicos de âmbito municipal, tendo por isso elaborado o Estudo “Apoio à implementação de um serviço de transporte flexível” no âmbito do qual foi estudado um conjunto de linhas de transporte que a CMB pretende contratualizar. A CMB já endereçou os elementos de base necessários para a obtenção do parecer favorável por parte da AMT ao lançamento do procedimento concursal, mas este tem esbarrado em algumas dificuldades processuais, tendo sido solicitado à CMB a necessidade fundamentação com um Estudo de Viabilidade Económico-Financeira do cálculo do preço base considerado.

Deve o adjudicatário apoiar o Município na “fundamentação da proposta de contratualização dos novos serviços de transporte municipais”, devendo esta envolver a preparação do Caderno de encargos, Programa de concurso e acompanhar a fase de erros e omissões, bem como esclarecimentos.

A restantes exigências estão de acordo com a proposta apresentada pela TIS em fase de consulta preliminar ao mercado – documento anexo ao Caderno de encargos.